

**EDITAL Nº 011/2024 –
CIÊNCIA NA MESA 3: ÁGUA PARA CONSUMO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO
CAMPO E NA CIDADE**

A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA – FAPESB, Fundação de Direito Público vinculada à SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI, em parceria com a SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEADES, a SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS, a SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR, objetivando a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar, tornam público e convidam as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação – ICTs do Estado da Bahia a apresentarem propostas para obtenção de apoio financeiro, na forma e condições estabelecidas neste Edital.

Este Edital segue as diretrizes da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, Lei 14.564 de 16 de maio de 2023; Política Estadual de Convivência com o Semiárido Lei 13.572, de 30 de agosto de 2016; Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Lei 11.046, de 20 de maio de 2008, também visa os objetivos do programa Bahia Sem Fome, que tem como meta promover a segurança alimentar e nutricional no Estado e alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, definido pela Agenda 2030 através do fomento da transição socioambiental, justa, ecológica e econômica da Bahia.

OBJETIVO

Selecionar e apoiar projetos de pesquisa inovadores para aplicação de novas tecnologias sociais de acesso à água ou de tecnologias já existentes, desde que aprimoradas, para a utilização racional e integrada da água para consumo humano, produção de alimentos e cuidado com os animais (dessedentação), em espaços rurais e periurbanos.

1. OBJETO:

Promover a integração entre ICTs, agricultores familiares, incluindo povos e comunidades tradicionais – PCTs e povos originários, de forma que seja possível, através de soluções inovadoras, reaplicáveis e acessíveis, promover a utilização racional e integrada da água, com foco no desenvolvimento e implementação de sistemas sustentáveis e práticas agropecuárias resilientes, inclusive de convivência com o semiárido, que aumentem a produtividade e a renda de produtores de alimentos e auxiliem na adaptação e mitigação climática, ajudando a manter os ecossistemas e contribuindo com a Agenda 2030 da ONU.

Para este Edital, todos os projetos deverão considerar como **Diretrizes**:

- a) Desenvolver, em conjunto com os agricultores familiares, novas abordagens de formação sobre o uso eficiente das tecnologias sociais, demonstrações práticas para a implementação adequada das soluções propostas e métodos sustentáveis de gestão da água na produção;
- b) Selecionar áreas de referências para implementar as tecnologias desenvolvidas ou aprimoradas, que envolva ao menos uma instituição da Rede Estadual de Educação Profissional – composta pelos Centros Técnicos de Educação Profissional (CETEPs), Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEPs) e as Unidades Compartilhadas de Educação Profissional com Ensino Médio, ou uma instituição oriunda das Escolas Família Agrícola (EFAs), ou ainda institutos federais;
- c) Integrar tecnologias sociais para o uso e reuso racional da água para produção em processo de transição agroecológica, promovendo a resiliência dos sistemas produtivos.
- d) Promover estratégias que garantam a segurança alimentar e hídrica para as famílias.

Para este Edital são consideradas **tecnologias sociais existentes** de acesso à água:

- a) Barragem Subterrânea;
- b) Barreiro Trincheira Familiar;
- c) Cisterna Calçada de 52 mil litros;
- d) Cisterna de Enxurrada de 52 mil litros;
- e) Cisterna de Ferrocimento de 16 mil litros;
- f) Cisterna de Placa de 16 mil litros;
- g) Cisterna Escolar de 52 mil litros;
- h) Cisterna Escolar de 10 mil litros;
- i) Cisterna Telhadão Multiuso de 16 mil litros com galpão de 80 m²;
- j) Cisterna Telhadão - Multiuso de 25 mil litros áreas de captação de 80 m²;
- k) Cisterna Telhadão - Multiuso de 25 mil litros com galpão de 40 m²;
- l) Microaçude;
- m) Microssistema de Abastecimento de Água para Escolas;
- n) Microssistema Comunitário de Abastecimento de Água - Captação de manancial superficial;
- o) Microssistema Comunitário de Abastecimento de Água - Captação de manancial subterrâneo;
- p) Sistema de Tratamento e Reuso de Água Cinza Domiciliar;

- q) Barreiros comunitários;
- r) Sistemas de abastecimento de água (Programa Água Doce);
- s) Barraginhas.

2. LINHAS TEMÁTICAS DE PESQUISA

Serão apoiados projetos de tecnologias sociais inovadoras que se enquadrem no objetivo deste Edital e atendam os requisitos descritos nas seguintes linhas temáticas:

2.1 Linha Temática 1: Aprimoramento de Sistemas de Tratamento de Água para Consumo Humano

Desenvolver ou aprimorar tecnologias sociais inovadoras para o tratamento de água, com foco no consumo humano, visando garantir o acesso seguro à água potável em comunidades rurais e/ou em áreas periurbanas, cujos sistemas de tratamento descentralizados possam ser operados localmente, permitindo a autonomia das comunidades rurais no acesso à água potável; ou o desenvolvimento de sistemas de baixo custo de análise e monitoramento da qualidade da água, conduzindo estudos de avaliação dos benefícios na saúde das comunidades, associados à melhoria dos sistemas de tratamento de água.

2.1.1 O Proponente deverá utilizar pelo menos um dos segmentos indicados a seguir:

- Propostas inovadoras para o aprimoramento de tecnologias de filtragem que possam reter e neutralizar contaminantes físicos, químicos e biológicos, incluindo agrotóxicos e defensivos agrícolas agressivos.
- Desenvolvimento de soluções inovadoras para a implementação de sistemas de tratamento descentralizados, permitindo autonomia nas comunidades rurais e/ou periurbanas no acesso à água potável.
- Propostas que explorem o tratamento biológico como uma abordagem inovadora para a degradação de resíduos orgânicos e compostos químicos presentes na água.
- Inovações relacionadas ao desenvolvimento de materiais adsorventes de baixo custo para remover contaminantes químicos, como zeólitas modificadas, carvão ativado, entre outros.
- Propostas que explorem o uso de plantas aquáticas e outros organismos naturais como agentes de purificação da água, proporcionando uma abordagem sustentável e inovadora.
- Desenvolvimento de tecnologias inovadoras para sistemas de monitoramento da qualidade da água, permitindo uma resposta imediata a variações que possam comprometer a potabilidade.

- Desenvolvimento de propostas que promovam a integração dos sistemas de tratamento de água com práticas agrícolas sustentáveis, reduzindo a dependência de agrotóxicos na fonte.
- Gerenciamento e uso racional da água.

2.2 Linha Temática 2: Otimização de Sistemas de Captação e Armazenamento de Água para a Agricultura Familiar

Desenvolver e aprimorar tecnologias sociais inovadoras para a captação e armazenamento eficientes de água, com foco na agricultura familiar. O objetivo é maximizar o aproveitamento hídrico, promovendo a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas utilizados por agricultores.

2.2.1. A tecnologia objeto do projeto poderá ser aplicada em parte ou em todo o ciclo da produção.

2.2.2. O Proponente deverá desenvolver a proposta inovadora contemplando pelo menos um dos segmentos indicados:

- Desenvolvimento de tecnologias sociais para captação de água para a produção e dessedentação animal;
- Uso/reuso de água de práticas agrícolas sustentáveis, integrando métodos inovadores;
- Tecnologias de reciclagem e reuso das águas cinzas e totais nos processos de produção e beneficiamento;
- Desenvolvimento e/ou aprimoramento de modelos de análise da água para produção e beneficiamento de alimentos;
- Integração de tecnologias sociais para a captação e armazenamento de água em práticas agroecológicas, promovendo a resiliência dos sistemas ecológicos;
- Desenvolvimento de tecnologias inovadoras a partir de sistemas que utilizem efluentes do processo de dessalinização.

2.3. Linha Temática 3: Tecnologias de Irrigação Sustentável e Eficiente

Desenvolver ou aprimorar sistemas de irrigação que maximizem o uso eficiente da água na agricultura familiar, considerando diferentes contextos geográficos e agrícolas.

2.3.1. A pesquisa poderá abranger parte ou todo o ciclo de produção, que desenvolva tecnologias que permitam a integração eficiente de recursos hídricos, desde a produção agrícola até o processamento e distribuição; e integrar métodos inovadores, como sensores de umidade do solo, sensoriamento remoto, tecnologias de irrigação por gotejamento ou outras práticas avançadas, para otimizar o uso/reuso da água na

agricultura.

2.4. Linha Temática 4 - Promoção e Uso de Materiais e Técnicas Sustentáveis para Implementação e Melhorias das Tecnologias Sociais

Desenvolver, experimentar e avaliar materiais e técnicas sustentáveis para implementação, integração e melhorias das tecnologias sociais, para a otimização dos recursos existentes que contribuam para a qualidade das tecnologias sociais, desenvolvendo materiais de construção ecológicos e resistentes às intempéries ambientais, utilizando recursos e técnicas locais, inclusive técnicas tradicionais de construção e bioconstrução.

2.4.1. A pesquisa deverá promover o desenvolvimento e a integração de tecnologias sociais com inovações adicionais para aprimorar a eficiência hídrica na agricultura familiar, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e contribuindo para maior autonomia, a segurança alimentar e nutricional e hídrica das comunidades envolvidas, aprimorando equipamentos e ferramentas adaptados aos contextos locais possibilitando sua durabilidade e eficiência.

2.5. Linha temática 5 – Inclusão Digital para Agricultores Familiares

2.5.1. Incrementar às tecnologias sociais o uso de tecnologias digitais, proporcionando o acesso a informações, ferramentas e recursos digitais que possam aprimorar a eficiência hídrica, na produção de alimentos saudáveis e a comercialização, incluindo possíveis processos de agroindustrialização.

2.5.2 A pesquisa poderá abranger diferentes abordagens e aspectos como:

- Desenvolvimento de aplicativos móveis específicos que ofereçam recursos práticos, como calculadoras de uso de água, alertas meteorológicos, pluviométrico e guias para práticas agrícolas sustentáveis.
- Realização de formações on-line, síncronas e assíncronas, webinars e sessões de perguntas e respostas com especialistas, desde que exista estrutura necessária, proporcionando oportunidades para interação em tempo real e esclarecimento de dúvidas.
- Introdução ao uso de Internet das Coisas (IoT), como sensores inteligentes e monitoramento remoto para auxiliar agricultores na gestão eficiente da água, proporcionando dados em tempo real e feedbacks precisos, e a garantir que os recursos digitais sejam acessíveis a diferentes níveis de habilidade tecnológica, permitindo também a customização de conteúdos conforme as necessidades específicas de cada agricultor.
- Desenvolvimento de estratégias para promover a inclusão digital em comunidades

rurais, garantindo acesso à internet, treinamentos presenciais quando necessário e apoio para superar barreiras tecnológicas, a utilização de redes sociais e comunidades on-line como ferramentas de compartilhamento de conhecimento, onde os agricultores podem trocar experiências, dicas e boas práticas relacionadas à gestão da água,
- Outros.

3. ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Instituição Executora

As propostas deverão ser apresentadas por pesquisadores mestres ou doutores vinculados à Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação – ICT (pública ou privada sem fins lucrativos), localizada na Bahia e que desenvolva, obrigatoriamente, atividade de pesquisa básica e/ou aplicada de caráter científico e/ou tecnológico, ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos, comprovadas estas condições no seu regimento ou estatuto.

3.2. Instituição Parceira

3.2.1. Não obrigatória: O Proponente poderá indicar instituições parceiras para o desenvolvimento do projeto, cujas parcerias serão valorizadas na avaliação. Serão consideradas parceiras, as Instituições de Ensino Superior, Institutos e Centros de Pesquisa (públicas ou privadas), Empresas, Organizações da Sociedade Civil (nacionais ou internacionais) que possam contribuir para a execução do projeto. O Proponente deverá comprovar a Parceria Não obrigatória incluída na proposta quando da contratação do projeto, sob pena de cancelamento do apoio.

3.2.3 As parcerias deverão ser devidamente comprovadas através de formalização de Termo de Parceria Técnica – TPT (Anexo 3) assinado pelo Coordenador da Proposta e pelo representante da instituição parceira, declarando anuência em relação à participação na execução do projeto, garantindo as contrapartidas oferecidas, quando for o caso, e sinalizando quem serão os seus interlocutores no desenvolvimento do projeto. Este Termo deverá acompanhar a documentação encaminhada à Fundação no momento da contratação da proposta.

3.3. Instituição Beneficiária

3.3.1. O Proponente deverá obrigatoriamente eleger e indicar pelo menos uma instituição beneficiária dos resultados do projeto. Será considerada instituição beneficiária no presente Edital, aquela organização econômica e social da Agricultura Familiar, de PCTs ou de Povos Originários, formalmente constituídos.

3.3.2. A aceitação da instituição beneficiária deverá ser devidamente comprovada através de formalização de declaração de anuência (Anexo 3) assinada pelo representante legal da instituição da beneficiária (quando legalmente constituída) ou pelo representante institucional (quando não legalmente constituída), declarando estar de acordo em relação ao escopo do projeto, à participação na execução e sinalizando quem serão os seus interlocutores no desenvolvimento do projeto. Esta declaração deverá acompanhar a documentação encaminhada à FAPESB no momento da contratação da proposta.

3.4. Proponente

3.4.1. Pessoa física, com titulação de Doutor(a) ou Mestre (a), a qual será responsável pela apresentação da proposta submetida ao presente Edital e que, em caso de aprovação, será o Coordenador do projeto, tornando-se, portanto, o responsável pela gestão deste, pela aplicação dos recursos e prestação de contas técnica e financeira à FAPESB, assim como responsável pelo acompanhamento das atividades dos bolsistas, pela entrega dos relatórios e documentos comprobatórios, em que deve possuir:

- a) vínculo permanente ou empregatício com a instituição executora;
- b) disponibilidade para dedicar, no mínimo, 10 (dez) horas semanais para o desenvolvimento do projeto;
- c) Currículo atualizado e publicado na Plataforma Lattes há, pelo menos, 06 (seis) meses anteriores à data de submissão da proposta;
- d) Cadastro no SEI Bahia.

3.4.2. A comprovação, tanto do vínculo permanente ou empregatício, quanto da carga horária que será dedicada pelo Proponente, deverá ser feita através da apresentação de uma declaração do Departamento/Unidade em que o pesquisador está lotado ou do Setor de Recursos Humanos da instituição de vínculo do Proponente.

3.4.3. Serão valorizadas as propostas daqueles Proponentes que possuem:

- a) Experiência relacionada à: agricultura familiar, recursos hídricos, tecnologias sociais e/ou desenvolvimento territorial, comprovada por meio de currículo da Plataforma Lattes.
- b) Experiência e convivência atual ou passada com a instituição beneficiária (incluir na declaração atesto de que o Proponente convive/conviveu e possui/possuiu relação com a Instituição Beneficiária - Anexo 3).

3.4.1. Restrições e impedimentos:

- a) Participar da equipe executora de mais de 02 (duas) propostas submetidas a este Edital,

- b) Apresentar mais de uma proposta na condição de Proponente;
- c) Desobedecer às diretrizes específicas constantes do Manual do Pesquisador da FAPESB, desde a submissão da proposta até a prestação de contas final;
- d) Possuir qualquer inadimplência com a FAPESB, o que impedirá a contratação do projeto, devendo a pendência ser sanada em até 30 dias após o resultado final do Edital, caso contrário, perderá o direito à contratação e a FAPESB poderá convidar, na ordem de classificação, propostas recomendadas e não contempladas.

3.4.2. No presente Edital será considerada a parentalidade, desde que comprovada através de documentação referente à licença maternidade ou licença adotante, com um limite de até 02 (dois) filhos . Será(ão) considerada(s) as gestação(ões) a partir do ano de início do Mestrado das Proponentes. Para tanto, o prazo referente à avaliação da produção científica descrita no Currículo Lattes de mulheres será ampliado em 2 (dois) anos para cada filho.

3.5. Equipe Técnica Executora

3.5.1. O projeto será desenvolvido por um(a) pesquisador(a) Coordenador(a), vinculado(a) à Instituição Executora, que comporá a equipe técnica junto aos demais pesquisadores, técnicos e discentes.

3.5.2. Os demais membros da equipe deverão ter vínculo com a instituição executora, parceira ou beneficiária. Eles devem emitir declaração assinada de anuência, conhecimento e concordância com a proposta (Anexo 2), as quais deverão ser encaminhadas na fase de contratação da proposta, se aprovada.

3.5.2.1. Membros das instituições parceiras e beneficiária não deverão ser incluídos no Formulário On-line enquanto equipe executora; porém, farão parte desta e deverão ser apenas indicados nas respectivas declarações.

3.5.2.2. Os membros da equipe vinculados à Instituição Executora do projeto deverão ser incluídos e ter as suas funções e atividades claramente identificadas no Formulário On-line.

3.5.3. O Proponente, a Instituição Executora e todos os membros da equipe técnica vinculados a esta, deverão estar com cadastro atualizado na FAPESB (<http://siga.fapesb.ba.gov.br/cadastro/login.wsp>).

3.5.3.1. Cadastros novos ou alterações cadastrais levam até 48h para atualização no banco de dados da FAPESB.

3.5.4. No intuito de promover a inclusão social, será valorizada na proposta apresentada, a participação na equipe executora de, ao menos, 01 (um/a) estudante cotista, quer seja negro(a), indígena e/ou oriundo(a) dos PCTs. A comprovação deverá

ser realizada através da autodeclaração presente no Anexo 2, a ser encaminhada obrigatoriamente quando da contratação da proposta.

3.6. Características das Propostas

3.1.1. As propostas de pesquisas apresentadas deverão ter caráter aplicado, tecnológico e inovador. Os projetos que não atenderem a esses requisitos não serão analisados.

3.6.1. A proposta deverá conter obrigatoriamente, objetivo geral e objetivos específicos, descrição da metodologia, cronograma físico (meta, atividade, indicador de resultado), referências, resultados esperados e orçamento descritos no Formulário On-line da FAPESB, referente a este Edital.

3.6.2. As propostas devem considerar a propriedade intelectual como um instrumento para promover o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.

3.6.3. Todas as propostas deverão ser apresentadas exclusivamente pelo Formulário On-line do presente Edital, disponível no site da FAPESB (www.fapesb.ba.gov.br).

3.6.4. Após aprovação da proposta pela FAPESB, caberá ao Proponente apresentar a proposta ao Colegiado Territorial pertinente. O momento de apresentação deve ser registrado pelo Coordenador, cujo registro deverá ser enviado junto ao relatório técnico parcial, caso a proposta seja contratada.

3.6.5. A proposta deverá apresentar com clareza o produto, processo ou serviço inovador a ser desenvolvido e como este favorecerá e será absorvido pela instituição beneficiária. Para este fim, as atividades a serem custeadas com recursos solicitados do Edital e indicados como contrapartida deverão estar adequadamente identificadas.

3.6.6. Serão valorizadas propostas que:

- a) Incluam ações de extensão, inclusive com estudantes do ensino médio;
- b) Promovam o intercâmbio comprovado de conhecimentos e experiências entre os denominados saberes científicos e tradicionais;
- c) apresentem soluções para a convivência com o semiárido;
- d) apresentem parcerias com instituições de ensino privadas.

3.6.7. O Plano de Trabalho deve apresentar coerência entre:

- a) Objetivos;
- b) Métodos;
- c) Cronograma de atividades (cronograma físico), que deve incluir participação em reuniões quadrimestrais com a FAPESB e parceiros do Edital;
- d) Prazo de execução da proposta;
- e) Resultados esperados (subproduto(s) e produto final) e;
- f) Plano de aplicação que compreende recursos financeiros e contrapartida

(gerado junto ao Formulário On-line).

3.8. Limitações e restrições das propostas:

- a) Será permitida apenas a apresentação de propostas referentes a projetos de pesquisa inovadores para a desenvolvimento ou aprimoramento de tecnologias sociais para uso de recursos hídricos;
- b) Caso seja identificado, a qualquer tempo, que o projeto contratado tenha o mesmo objeto de outro projeto já apoiado pela Fundação esse não será apoiado ou será rescindido (em caso de o projeto já ter sido contratado), ficando o Coordenador obrigado a devolver o recurso recebido de modo integral e corrigido;
- c) Só poderá ser apresentada uma única proposta por Proponente;
- d) Fica vedada a submissão de uma mesma proposta a diferentes linhas temáticas, mesmo que submetida por Proponentes distintos;
- e) Caso seja recebida mais de uma proposta de um mesmo Proponente, apenas a última será analisada, sendo as anteriormente apresentadas, automaticamente, excluídas da concorrência;
- f) Será considerada como última proposta, aquela que tiver a numeração mais alta no Pedido gerado pelo Sistema FAPESB;
- g) O número do pedido será gerado no sistema FAPESB e ficará registrado no cabeçalho da primeira página do Formulário On-line deste Edital.

3.9. Permissões/exigências éticas e legais:

- a) Os projetos de pesquisa que envolvam estudos com seres humanos e/ou animais devem conter, no método, uma seção sobre seus aspectos éticos e legais. O protocolo de submissão ou o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa deverá ser enviado somente na etapa da contratação da proposta, caso aprovada. Os Proponentes deverão atentar para as resoluções específicas de cada área.
- b) Conforme legislação em vigor, projetos que envolvam experimentos com organismos geneticamente modificados devem informar o número de registro e data da publicação do certificado de qualidade em biossegurança.
- c) Demais autorizações/permittões, de caráter ético ou legal, que se façam necessárias, devem ser providenciadas pelo Proponente do projeto antes da contratação.

4. RECURSOS FINANCEIROS A SEREM CONCEDIDOS

4.1. Será alocado para o financiamento dos projetos aprovados no presente Edital, o montante de R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais), sob a forma de recursos financeiros não-reembolsáveis da FAPESB, em despesas correntes e de capital, por meio da Unidade Gestora 28.201, na dotação orçamentária 19.571.405.3269 - Apoio a Projeto de Inovação de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável, Fonte 100, a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da FAPESB para os exercícios de 2024 e subsequentes.

Quadro 1 – Valores disponibilizados por linha temática

ALOCAÇÃO	RECURSOS (até)
Linha 01	R\$ 1.200.000,00
Linha 02	R\$ 1.200.000,00
Linha 03	R\$ 1.200.000,00
Linha 04	R\$ 1.200.000,00
Linha 05	R\$ 1.200.000,00
Item 4.2	R\$ 300.000,00
TOTAL DO EDITAL	R\$ 6.300.000,00

4.2. Até 5% (cinco por cento) do valor alocado neste Edital poderão ser destinados às avaliações, das propostas e dos relatórios técnicos e para divulgação científica dos resultados alcançados.

4.3. Caso o somatório do valor das propostas recomendadas em uma das linhas seja inferior ao recurso disponível nessa, o saldo deste poderá ser utilizado para as propostas recomendadas em outra linha desta seleção pública, respeitando a ordem de seleção.

4.5. Limite de valor apoiado por linha temática de pesquisa:

a) Podem ser submetidos projetos inovadores de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) por projeto, em qualquer linha.

4.6. Repasse dos Recursos

4.6.1. Os recursos financeiros serão repassados pela FAPESB após a assinatura do Termo de Outorga entre as partes e a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado da Bahia – DOE, mediante disponibilidade orçamentária e demais condições do item 4.

4.6.2. A execução financeira dos recursos aportados pelo Edital somente deverá ser iniciada a partir da data do recebimento da primeira parcela dos recursos.

4.6.3. Os recursos financeiros aprovados para execução do projeto serão liberados em

2 (duas) parcelas, sendo a primeira de até 60% (sessenta por cento) e a segunda com percentual que complemente o valor final aprovado. Os valores serão depositados em conta corrente específica, aberta em instituição financeira oficial, em nome do Coordenador.

4.6.4. A liberação das parcelas indicadas no item anterior será realizada conforme as condições indicadas no Termo de Outorga (Anexo 4).

4.6.5. A parcela subsequente só poderá ser liberada após a apresentação e aprovação da prestação de contas parcial (Técnica e Financeira), com a prestação financeira atingindo à execução de no mínimo 80% dos recursos recebidos na parcela anterior.

4.6.6. Para utilização dos recursos financeiros aprovados, deverá ser observada a legislação vigente, o Manual do Pesquisador Outorgado, bem como as normas e procedimentos para uso de recursos financeiros indicados pela FAPESB.

4.6.7. Constituirá fator impeditivo à liberação das parcelas, a qualquer tempo, a existência de inadimplência financeira ou técnica do Coordenador (Proponente), ou o não cumprimento das condicionantes indicadas no instrumento legal.

4.7. Itens financiáveis com recursos do Edital

O valor solicitado de recursos financeiros deve contemplar itens, especificamente para o desenvolvimento das atividades da proposta, a qual deve atender a uma das Linhas, conforme indicado no item 2 do Edital. As atividades podem ser financiadas por meio dos seguintes elementos de despesas:

4.7.1. Despesa Corrente (de Custeio)

4.7.1.1. Alimentação (exclusivamente para a equipe executora do projeto, inclusive para participação nas atividades descritas no Item 14 e reuniões trimestrais)

a) O valor unitário para Alimentação deve ser no máximo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por refeição, respeitado o limite máximo de 03 (três) refeições por dia.

4.7.1.2. Hospedagem (exclusivamente para a equipe executora do projeto, inclusive para participação nas atividades descritas no Item 14 e reuniões trimestrais)

a) O valor unitário para diária de Hospedagem deve ser no máximo de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), para membros da equipe executora.

4.7.1.3. Passagens (exclusivamente para a equipe executora do projeto, inclusive para participação nas atividades descritas no Item 14 e reuniões trimestrais).

4.7.1.4. Gastos com Translado/Locomoção (exclusivamente para a equipe executora do projeto, inclusive para participação nas atividades descritas no Item 14 e reuniões trimestrais).

4.7.1.5. Material de Consumo – nacional e/ou importado (exclusivamente para fins de

execução do projeto). Deve-se solicitar os materiais:

- a) Respeitando os grupos, como por exemplo: material de laboratório, material de informática, material de escritório, material de limpeza, material de proteção individual, outros que se fizerem necessários ao desenvolvimento da pesquisa;
- b) Informando o nome do grupo e os itens que o compõe no campo de descrição do item no Formulário On-line. Todos os itens deverão ser descritos entre parênteses;
- c) Não incluindo termos expressamente proibidos: etc, entre outros, afins, similares, dentre outros, outros;
- d) Separadamente dos demais itens: vidrarias, combustíveis, kits específicos (que também devem ter os itens que os compõem discriminados entre parênteses);
- e) HD externo deve ser considerado material de consumo;
- f) Softwares cujas licenças sejam periódicas devem ser consideradas serviços de terceiros pessoa jurídica.

4.7.1.6. Serviços de Terceiros - Pessoa Física (PF), de caráter eventual e de uso para o projeto

- a) Não será permitida a contratação de pessoa física por um período superior a 89 (oitenta e nove) dias, em nenhuma hipótese, vedada a prorrogação;
- b) Qualquer pagamento à pessoa física deverá ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício. Assim, a mão de obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com a FAPESB e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do Coordenador/Instituição de Execução do projeto, quando aplicável;
- c) Somente em condição excepcional, devidamente justificado, casos de serviços braçais e/ou artesanais poderão ser comprovados através de recibos com a sua identificação, cópias do RG e CPF, descrição e período do serviço, além da indicação do endereço de sua residência e número de telefone para contato.

4.7.1.7. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (PJ) (exclusivamente para fins de execução do projeto), tais como:

- a) Serviços postais relacionados ao objeto do projeto;
- b) Serviços e/ou consultorias técnicas especializadas, essenciais para o desenvolvimento do projeto, que não possam ser realizados pela equipe executora;
- c) Despesas referentes à propriedade intelectual do produto, processo ou serviço

a ser desenvolvido, destinados à proteção dos direitos e/ou levantamento do estado da arte da tecnologia;

d) Despesas acessórias com importação de materiais de consumo, as quais não poderão ultrapassar a 18% do valor total do item.

4.7.1.8. Bolsa de Pesquisa (exclusivamente para fins de execução do projeto):

a) Modalidade Iniciação Científica – A e B;

b) Modalidade Apoio Técnico no País – A e B;

c) Os recursos solicitados para bolsas nas propostas apresentadas no âmbito deste Edital deverão estar **limitados ao valor máximo de 20% do valor disponível para a proposta;**

d) As bolsas solicitadas deverão estar de acordo com as especificações contidas na

Resolução

02/2022

(https://www.fapesb.ba.gov.br/download/resolucao02_2022/?wpdmdl=17922);

e) Os valores das bolsas deverão ser consultados na Resolução 05/2023 (https://www.fapesb.ba.gov.br/download/resolucao-n-o-005_2023-estabelece-os-valores-das-bolsas-da-fapesb-para-fomento-cientifico-tecnologico-e-extensao/?wpdmdl=19801).

4.7.2. Despesas de Capital – nacional e/ou importado (exclusivamente para desenvolvimento da pesquisa)

a) Aquisição de máquinas e equipamentos (nacional/importado) pertinentes ao desenvolvimento do projeto;

b) Aquisição de outros bens permanentes pertinentes ao desenvolvimento do projeto;

c) Aquisição de licença de software definitiva para o desenvolvimento do projeto;

d) Aquisição de material bibliográfico;

e) HD interno.

4.7.3. Despesas acessórias com importação de itens de capital não podem ultrapassar 18% do valor do item. Tais despesas devem ser somadas ao valor do item no Formulário On-line.

4.7.4. Despesas de Capital estão **limitadas a 20% do valor disponível para a proposta.**

4.7.5. Será permitida a contratação de serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica) para divulgação dos resultados do projeto, como forma de popularização deste para a sociedade civil, respeitadas as limitações deste Edital, sendo vedado o uso para a publicação de artigos e participação em eventos para apresentação de trabalhos.

4.7.6. Em caso de haver solicitação de itens não financiáveis, estes serão excluídos,

caso a proposta seja recomenda.

4.8. Itens não financiáveis com recursos do Edital:

- a) Despesas com construção civil, para planejamento e execução de obras e instalações.
- b) Gastos com publicidade e propaganda, atividades de marketing e organização de eventos técnico-científicos ou de outra natureza.
- c) Gastos com recepções, eventos de homenagens ou festividades, inclusive despesas com ornamentação, refeições, lanches, *coffee break* e vale-refeição.
- d) Tarifas relativas a serviços de telecomunicação e de serviços (água, luz, telefone, internet, etc).
- e) Taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária.
- f) Salários ou qualquer outro tipo de remuneração para recursos humanos já existentes na Instituição Executora, parceira ou beneficiária, inclusive pagamentos a estagiários, pró-labore.
- g) Pagamentos contábeis e administrativos, incluindo despesas com contratação de pessoal da própria solicitante, parceira(s) e beneficiária.
- h) Qualquer tipo de remuneração a servidores públicos estaduais, da administração direta ou indireta, deverá obedecer ao estabelecido pela Lei 14.315/2021, ou as condições previstas nesse Edital.
- i) Terceirização das atividades básicas de pesquisa, como por exemplo, delineamento experimental, elaboração de relatórios, pagamento de membros da equipe por tais serviços.
- j) Pagamento de serviços de qualquer natureza a bolsistas da FAPESB.
- k) Aquisição de veículos automotores.
- l) Diárias.
- m) Taxa de administração, gerência ou similar.

5. CONTRAPARTIDAS(S) PARA O PROJETO

As contrapartidas correspondem a recursos financeiros, infraestrutura, bens, serviços e/ou recursos humanos, desde que economicamente mensuráveis e que sejam investidos especificamente para a execução do projeto submetido.

5.1. Serão admitidas como contrapartidas válidas e valorizadas no julgamento das propostas, os itens a seguir:

- Recursos financeiros da instituição de vínculo do Proponente;
- Recursos financeiros de outras instituições parceiras da proposta;
- Recursos captados de outras fontes de financiamento;

- Bens (que não façam parte da contrapartida obrigatória);
- Equipamentos;
- Outros materiais permanentes;
- Serviços de terceiros (pessoa física e/ou pessoa jurídica);
- Pessoal das instituições envolvidas na execução do projeto (executora, beneficiária ou parceira), contabilizado pelo número de horas disponíveis para a realização das atividades constantes no Plano de Trabalho apresentado;
- Bolsas de pesquisa de outras agências de fomento ou instituições, desde que não cumulativas, destinadas à execução do projeto, oferecidas pelas instituições executora e/ou parceiras;
- Estágios destinados à execução do projeto, oferecidos pelas instituições executora e/ou parceiras;
- Os valores monetários dos recursos humanos, apresentados como contrapartidas pelas instituições envolvidas, deverão ser estimados utilizando-se como base de cálculo a remuneração atual por hora de trabalho da pessoa que será cedida para integrar a equipe executora do projeto.

5.2. Os itens acima citados deverão ser apresentados de forma detalhada nos campos correspondentes do Formulário On-line, específico para este Edital.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1. O prazo de execução de cada proposta contratada, contados a partir da publicação do Instrumento Legal no DOE/BA, será de até 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação do Termo de Outorga no DOE/BA.

6.2. O Proponente poderá solicitar à FAPESB prorrogação do prazo para execução da proposta, caso ocorra fato que justifique tal solicitação, através de Aditivo de Prazo, de acordo com o disposto no Termo de Outorga, Manual do Pesquisador Outorgado e demais normas vigentes.

6.3. A solicitação de aditamento de prazo deverá ser encaminhada à Fundação, impreterivelmente, 60 (sessenta) dias antes do encerramento da vigência do Termo de Outorga assinado entre o pesquisador beneficiado e a FAPESB.

7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

O(a) Proponente deverá apresentar sua proposta em duas Etapas:

7.1. Do preenchimento do Formulário On-line:

7.1.1. O Proponente deverá realizar preenchimento completo do Formulário On-line específico para este Edital, disponibilizado no Portal da FAPESB (www.fapesb.ba.gov.br).

7.1.2. O(a) Proponente deverá ter especial atenção no preenchimento do Formulário On-line, quando da finalização da proposta. Esta deverá ser concluída (e não somente salva), o que irá gerar o Número do Pedido vinculado a ela no Sistema FAPESB.

7.1.3. Não será aceito para avaliação, o Formulário On-line que estiver em Relatório de Conferência, sob qualquer alegação.

7.1.4. A FAPESB não se responsabilizará por propostas não concluídas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamento do sistema, bem como por cadastramento de pessoas e instituições ou de atualização cadastral no sistema da FAPESB sem a devida observância ao prazo de atualização do banco de dados, recomendando o preenchimento das propostas com antecedência.

7.1.5. No momento da submissão da proposta, caberá ao Proponente realizar o seu registro na linha temática adequada. Os projetos serão avaliados separadamente, por linha. Por essa razão, serão desenquadradas as propostas que tiverem sido registradas na Linha incorreta.

7.1.6. No caso de registro na linha temática indevida, o Sistema FAPESB não permitirá a troca após gravação do Formulário On-line. Por essa razão, o pesquisador deverá excluir a proposta inserida na Linha errada e iniciar a elaboração de uma nova proposta na Linha correta.

7.1.7. Não será possível a alteração da proposta após a sua conclusão.

7.2. Do encaminhamento para avaliação:

7.2.1. A proposta apenas será considerada recebida para fins de avaliação quando o Proponente encaminhá-la à FAPESB, exclusivamente, **através do e-mail (ciencianamesa3@fapesb.ba.gov.br), até a data/horário limite estabelecidos no Cronograma**, com os seguintes documentos devidamente assinados, em formato pdf:

- a) Formulário On-line, **devidamente preenchido, concluído no Sistema da FAPESB e assinado pelo Proponente de próprio punho e escaneado ou com o uso de assinatura digital, mediante certificado digital válido.**
- b) Cronograma de Desembolso Detalhado (anexo do Formulário On-line);
- c) Declaração de Parentalidade, para Proponentes mulheres;
- d) Cópia de Regimento ou Estatuto da Instituição Executora, em caso desta ser privada sem fins lucrativos;
- e) Currículo lattes do Proponente, atualizado conforme item 3.4.1c.

7.2.2 O e-mail deve ser identificado com o assunto: Ciência na Mesa 3 – Nº do Pedido – Nome do Proponente.

7.2.3 Não será possível complementação da documentação após o prazo limite para envio estabelecido no Cronograma neste Edital.

7.2.4 A FAPESB não se responsabilizará por propostas não recebidas ou recebida em atraso, em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamento do e-mail.

7.2.5 Não será aceita entrega direta na FAPESB, em nenhuma hipótese.

7.2.6 Toda documentação encaminhada só será aceita desde que contenha as devidas assinaturas de próprio punho ou com o uso de assinatura digital, mediante certificado digital válido.

7.3 Será desclassificada a proposta que:

- Seja concluída eletronicamente; mas não seja encaminhada à FAPESB, conforme estabelecido no item 7.
- Não tenha cumprido os itens especificados neste Edital.

7.4 Será desenhadrada a proposta que:

- Não tenha sido concluída e tenha sido encaminhado o Relatório de Conferência;
- Mesmo concluída, não estiver devidamente assinada, pelo pesquisador/Coordenador;
- O Proponente não possua currículo lattes atualizado e publicado, conforme item 3.4.1c;
- For encaminhada por Instituição/Proponente inelegível;
- Seja verificada a ausência dos documentos listados no item “Do encaminhamento para avaliação”.

8. SELEÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

8.1. Etapas de seleção

Todas as propostas serão analisadas conforme a sequência de etapas descrita abaixo:

8.1.1. Etapa 1 – Análise pela Equipe Técnica da Diretoria de Inovação da FAPESB – Enquadramento (aspectos formais). Esta etapa é eliminatória e consiste na verificação formal da proposta, em que será verificado o atendimento aos Critérios de Elegibilidade e a adequação documental da proposta ao Edital, conforme segue:

Quadro 2 – Requisitos Formais da Proposta (Enquadramento)

Requisitos Formais
Proposta concluída e assinada
Proposta enviada no prazo
Elegibilidade da instituição executora

Elegibilidade do Proponente
Currículo do Proponente publicado e atualizado no Portal Lattes/CNPq e anexo à proposta
Cronograma de Desembolso Detalhado enviado junto à proposta

8.1.1.1 As propostas enquadradas na Etapa 1 serão submetidas à Etapa 2 – Avaliação de Mérito.

8.1.2. Etapa 2 – Análise por Avaliadores *Ad hoc* – Avaliação de Mérito. Esta etapa é eliminatória e classificatória e consistirá na análise do mérito das propostas enquadradas, a ser realizada por especialistas doutores, pertencentes aos quadros de instituições de ensino superior e/ou pesquisa, localizadas fora do Estado da Bahia, expertos na área do conhecimento dos projetos encaminhados em resposta ao presente Edital.

8.1.2.1 A avaliação das propostas enquadradas será feita por linha temática, com base na análise de mérito e relevância e na sua relação com o objetivo do Edital.

8.1.2.2 Cada proposta enquadrada receberá 02 (dois) pareceres de diferentes avaliadores. Em caso de divergência nas análises, a proposta será analisada por um terceiro avaliador.

8.1.2.3 Não será permitido integrar o processo de análise, avaliadores:

- a) que participem da equipe executora de algum dos projetos submetidos;
- b) que estejam litigando, judicial ou administrativamente, com qualquer Proponente, seu respectivo cônjuge/companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;
- c) que seja cônjuge/companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau de qualquer Proponente.

8.1.2.4 Os avaliadores analisarão as propostas e se manifestarão, individualmente, sobre os tópicos relacionados no item Critérios para Avaliação:

Quadro 3 – Critérios de Avaliação de Mérito

Critérios de Avaliação	Peso
1. Dimensão Projeto	
1.1 Conformidade ao objetivo do Edital	
1.2 Relevância e aderência à (Linha) temática	
1.3 Adequação do referencial teórico	
1.4 Adequação da metodologia	
1.5 Adequação do cronograma físico do projeto	
1.6 Relevância dos efeitos e resultados esperados	

1.7 Adequação do orçamento do projeto (partida e contrapartida)	1
1.8 Adequação dos indicadores de acompanhamento dos resultados pretendidos	
1.9 Promoção de inclusão social por meio da participação de estudante(s) cotista(s), se houver	
1.10 Adequação da(s) ação(ões) de extensão, se houver	
1.11 Promoção de intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os denominados saberes científicos e tradicionais	
2. Dimensão Inovação	3
2.1 Relevância da inovação proposta	
2.2 Viabilidade técnica de desenvolvimento do projeto	
2.3 Estágio de tecnologia proposta	3
3. Dimensão Aplicabilidade	
3.1 Relevância da aplicação do resultado na Instituição Beneficiária	
3.2 Clareza sobre como a tecnologia será absorvida pela Instituição Beneficiária	3
3.3 Mecanismos de transferência da tecnologia para a Instituição Beneficiária	
4. Dimensão Instituição Proponente e Parceira	1
4.1 Adequação da infraestrutura das instituições Executora, Beneficiária e Parceira Obrigatória	
4.2 Adequação da infraestrutura da Instituição Parceira Não Obrigatória, se houver	
4.3 Adequação da Contrapartida das instituições Executora, Beneficiária e Parceira(s), se houver	
4.4 Equipe executora (Adequação da equipe à proposta)	
4.5 Relevância da(s) parceria(s) Obrigatória e Não Obrigatória(s) para o desenvolvimento do projeto	2
5. Dimensão Pesquisador Proponente	
5.1 Proponente já possui outra(s) experiência(s) com a Instituição Beneficiária	
5.2 Proponente possui experiência com a recursos hídricos	
5.3 Proponente possui experiência com agricultura familiar e desenvolvimento territorial	2
5.4 Parentalidade para Proponentes mulheres	

8.1.2.5 Estudos indicam que a maternidade penaliza as mulheres, enquanto a paternidade não tem a mesma consequência na carreira profissional dos homens, reforçando o estereótipo de que cuidar dos filhos é responsabilidade das mulheres, sendo uma construção social que repercute na carreira profissional delas. Em função disto, no presente Edital, para Proponentes mulheres, deverá ser considerada a parentalidade da seguinte maneira: será contabilizada a vacância de experiência a partir da comprovação do nascimento/adoção de filhos(as) no período de 09 anos.

8.1.2.6 Todos os critérios acima serão pontuados de 0 a 10.

8.1.2.7 Somente serão recomendadas para a Etapa 3, as propostas que obtiverem pontuação igual ou superior a 7,0 (sete) – aproveitamento igual ou superior a 70% (setenta por cento), independente da Faixa.

8.1.2.8 O Resultado da Etapa 2 será divulgado com a seguinte classificação:

- a) Recomendada – Nota igual ou superior a 7,0.
- b) Não Recomendada – Nota menor que 7,0.
- c) Desclassificada – Conforme previsões do Edital.
- d) Desenquadrada – Não atendeu às exigências deste Edital.

8.1.3. Etapa 3 – Análise e classificação por um Comitê Assessor

Esta etapa, eliminatória e classificatória, consistirá na análise e julgamento do mérito e da relevância das propostas apresentadas a um Comitê Assessor, constituído por:

- a) no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) pesquisadores doutores, os quais participaram da Etapa 2 e possuam os currículos mais adequados às propostas recomendadas na etapa anterior, indicados pela Diretoria de Inovação da FAPESB, com anuência da Diretoria Geral;
- b) até 03 (três) técnicos, das Secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES), de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS) e de Desenvolvimento Rural – SDR e até 03 (três) integrantes da Fundação, na condição de observadores.

8.1.3.1 O Comitê Assessor levará em consideração os pareceres dos Consultores *Ad hoc*, constantes da Etapa 2 do Processo de Avaliação.

8.1.3.2 O Comitê Assessor irá avaliar as propostas a partir dos seguintes Critérios:

Quadro 4 – Critérios de Avaliação

Critérios	Pesos
Mérito e relevância da proposta ao objetivo e linhas do Edital	3
Viabilidade e adequação do orçamento proposto para alcance dos objetivos	3
Potencial de aplicabilidade imediata dos resultados	4

8.1.3.3 Todos os critérios acima serão pontuados de 0 a 10.

8.1.3.4 Somente serão recomendadas para a contratação as propostas que obtiverem pontuação igual ou superior a 7,0 (sete) – aproveitamento igual ou superior a 70% (setenta por cento), independente da Faixa.

8.1.4 Após a análise de mérito e relevância de cada proposta e da adequação de seus respectivos orçamentos, o Comitê Assessor poderá recomendar a aprovação da proposta na íntegra; a aprovação da proposta com cortes orçamentários; ou a não aprovação da proposta.

8.1.4.1. O Resultado da Etapa 3 será divulgado com a seguinte classificação:

- a) Recomendada contemplada – Nota igual ou superior a 7,0.

b) Recomendada não contemplada (pelo limite orçamentário do Edital) – Nota igual ou superior a 7,0. Porém, sem recursos financeiros para sua contratação.

c) Não Recomendada – Nota menor que 7,0.

d) Desclassificada – Conforme previsões do Edital ou com ajuste orçamentário superior a 30%.

8.1.4.2 Propostas que, durante o processo de julgamento (indicados pelos avaliadores e/ou Equipe Técnica da Fundação), sofram cortes orçamentários superiores a 30% (trinta por cento) do montante de recursos solicitados não poderão ser contratadas.

a) Caso o Comitê Assessor recomende um corte superior a este percentual, o projeto será automaticamente excluído da concorrência, portanto, desclassificado.

8.1.4.3 O parecer do Comitê Assessor sobre cada proposta avaliada, dentro dos critérios estabelecidos, será registrado em Planilha Eletrônica, contendo a relação de todas as propostas analisadas, recomendadas e não recomendadas, com as respectivas pontuações finais, em ordem decrescente.

a) O parecer deverá ser assinado por todos do Comitê Assessor.

8.1.4.4 Para propostas recomendadas será explicitado o mérito, o valor adequado para apoio financeiro e as justificativas para os cortes orçamentários (se houver).

8.1.4.5 Para propostas não recomendadas, será emitido parecer consubstanciado contendo as justificativas para a não recomendação.

8.1.4.6 Não poderá integrar o Comitê Assessor, pesquisador que tenha apresentado proposta a este Edital, ou que participe da equipe executora de algum projeto apresentado.

8.1.4.7 Será vedado a qualquer membro do Comitê Assessor julgar propostas de projetos em que:

a) Haja interesse direto ou indireto seu;

b) Esteja participando da equipe do projeto, seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau;

c) Esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.

9. CRONOGRAMA DO EDITAL

Evento do Edital	Hora/Data-limite*
Lançamento do Edital	22/03/24
Disponibilização do Formulário On-line	19/04/24
Término do prazo para preenchimento/conclusão da proposta	Até 23h59 do dia 07/06/24
Término do prazo para encaminhamento da proposta e documentos digitalizados	Até as 23h59 do dia 10/06/2024

Divulgação do resultado da Etapa II – Avaliação de Mérito	Até 09/08/24
Prazo para recurso à Etapa II	12/08 a 16/08/2024
Divulgação do resultado da Etapa III – Comitê Assessor	Até 06/09/2024
Prazo para recurso à Etapa III	09/09 a 13/09/2024
Divulgação do Resultado Final	A partir de 23/09/2024
Término do prazo para envio dos documentos digitalizados para contratação	Até 30 (trinta) dias após a lista final dos aprovados
Contratação das propostas aprovadas	A partir do dia 30/09/24

(*) Datas que podem ser alteradas pela FAPESB, independente de aviso prévio. Quaisquer modificações serão comunicadas através de endereço eletrônico ou informe divulgado no Portal da FAPESB.

(**) Após às 23h59, do dia 07/06/2024, o Formulário On-line no site da FAPESB será desativado.

10. DELIBERAÇÃO

As propostas classificadas na forma do item 8.1.4.1 serão submetidas à apreciação da FAPESB para decisão final.

11. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

11.1. Os resultados, preliminares e final, serão divulgados no Portal da FAPESB (www.fapesb.ba.gov.br) nos prazos estabelecidos no Cronograma deste Edital.

11.2. Após a divulgação dos resultados, cada Proponente poderá ter acesso ao seu resultado, mediante solicitação pelo endereço eletrônico: ciencianamesa3@fapesb.ba.gov.br.

11.3. O resultado final, após o exame de todos os recursos, será divulgado no Portal da FAPESB na Internet (www.fapesb.ba.gov.br) e no Diário Oficial do Estado da Bahia.

11.4. É de responsabilidade do(a) Proponente manter seus dados cadastrais atualizados no Sistema FAPESB, uma vez que toda a comunicação formal será feita através dos contatos fornecidos no sistema.

11.5. É de responsabilidade dos(as) Proponentes garantirem as condições técnicas para recebimento, acesso e leitura dos e-mails enviados pelo Edital por meio do endereço: ciencianamesa3@fapesb.ba.gov.br.

12. RECURSOS

12.1. Os(as) Proponentes poderão solicitar à FAPESB, por e-mail (ciencianamesa3@fapesb.ba.gov.br), o parecer com as justificativas apresentadas pelos avaliadores, em até 05 (cinco) dias úteis contados do dia seguinte ao da divulgação dos resultados a fim de fundamentar o Recurso.

12.2. Caso o(a) Proponente tenha justificativas para contestar o resultado do julgamento das propostas, poderá apresentar recurso, somente via o e-mail deste Edital (ciencianamesa3@fapesb.ba.gov.br), em até 05 (cinco) dias úteis, contados do

dia subsequente do prazo descrito no item anterior.

12.3. Caso o Proponente não se manifeste nos prazos estabelecidos nos itens acima, perderá o direito de interpor o Recurso.

12.4. Será admitido o Recurso apenas no caso de a proposta ter sido não recomendada. Os resultados desses recursos serão comunicados por e-mail aos recorrentes.

12.5. Não serão conhecidos Recursos para as propostas desenquadradas e desclassificadas.

12.6. Não serão conhecidos Recursos Administrativos no caso de propostas recomendada não contemplada. O número de propostas recomendadas contempladas neste Edital está atrelado aos limites orçamentários e financeiros da FAPESB, independentemente, portanto, de uma segunda avaliação consequente de Recurso.

12.7. Admitir-se-á a interposição de um único Recurso por Proponente para cada um dos dois momentos definidos no Cronograma, que correspondem às Etapas 2 e 3.

12.8. Recursos interpostos fora do respectivo prazo serão considerados intempestivos, sendo tidos por inexistentes.

12.9. Os Recursos deverão ser encaminhados conforme estrutura a seguir:

Estrutura do Recurso

Edital Ciência na Mesa 3: Água para Consumo e Produção de Alimentos no Campo e na Cidade
Nome completo Proponente
Nº do Pedido
Fundamentação e argumentação lógica
Data e assinatura

12.10. Após análise e Parecer da Diretoria de Inovação da FAPESB, caberá à Diretoria Geral deliberar sobre o provimento ou improvimento do recurso.

12.11. O resultado final do Edital será divulgado após a conclusão da fase recursal referente à Etapa 3.

13. DA CONTRATAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS

13.1.1. Os projetos aprovados serão contratados em nome do Proponente, com a aceitação da instituição por ele representada (Instituição Executora), mediante assinatura de Termo de Outorga, onde as partes assumirão os seguintes compromissos:

13.1.1.1. Proponente

- a) Responsabilidade por todas as obrigações contratuais, permitindo que a FAPESB, a qualquer tempo, possa confirmar a veracidade das informações prestadas;
- b) Disponibilização das informações solicitadas pela FAPESB, para o bom acompanhamento do desenvolvimento do projeto aprovado.

13.1.1.2. Instituição executora

- a) Fiscalização e acompanhamento da execução do projeto, adotando todas as medidas necessárias ao seu fiel cumprimento, sendo responsável solidária pelas obrigações contratuais.

13.2. Documentos que deverão ser entregues pelos Coordenadores dos projetos aprovados:

- a) Cópia do documento de identidade;
- b) Cópia do CPF;
- c) Cópia do comprovante de residência atualizado;
- d) Cópia do diploma;
- e) Documento comprobatório da APROVAÇÃO do projeto junto ao Comitê de Ética, da Comissão de Biossegurança, do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, do Uso Científico de Animais e outras determinações legais, quando pertinentes;
- f) Declaração de não necessidade de autorizações especiais, quando não houver necessidade dos documentos listados na alínea anterior (Anexo 02);
- g) Extrato zerado de conta corrente aberta especificamente para a movimentação dos recursos do projeto, aberta em instituição financeira oficial;
- h) Declaração dos membros da Equipe Executora informando participação no projeto (Anexo 2);
- i) Comprovante de vínculo do Proponente com a Instituição Executora e disponibilidade para dedicar, no mínimo, 15 (quinze) horas semanais para o desenvolvimento do projeto;
- j) Declaração da Instituição Executora informando ter ciência do projeto e garantindo as contrapartidas oferecidas, quando houver (Anexo 2);
- k) Autodeclaração do estudante cotista;
- l) Declaração das Instituições Parceiras afirmando participação e, garantindo as contrapartidas oferecidas, se houver (Anexo 3);
- m) Declaração da Instituição Beneficiária (Anexo 3);
- n) Quaisquer outros documentos a serem solicitados pela FAPESB, para a

contratação das propostas;

o) Certidão de nascimento dos(as) filhos(as) de até 12 anos.

13.3. Constituirão fator impeditivo para a contratação do projeto:

- a) A existência de alguma inadimplência do Proponente com a FAPESB;
- b) Ajustes orçamentários superiores a 30%, conforme item 8.1.4.2;
- c) Ausência de aquiescência do Proponente quanto ao orçamento final aprovado;
- d) Ausência de algum dos documentos para a contratação, vide subitem 13.2.

14. CANCELAMENTO DA CONCESSÃO

14.1. A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Diretoria Geral da FAPESB, por ocorrência, a qualquer tempo, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis, em decisão devidamente fundamentada.

15. ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS

15.1. A Instituição Executora e o Coordenador do projeto serão acompanhados de acordo com os mecanismos de acompanhamento de fomento a Projetos e Programas da FAPESB, o que inclui apresentação prestação de contas (relatórios técnicos e financeiros); participação em workshops e outros eventos – quando necessário; participação em visitas técnicas e reuniões de trabalho – quando necessário; dentre outras atividades que se façam indispensáveis para o acompanhamento e fiscalização dos projetos. Para a realização das ações de acompanhamento, a FAPESB contará também com o apoio dos técnicos da SEADES, SIHS, SDR e da SECTI.

15.2. É obrigatório que todo Coordenador apoiado pelo Edital, participe de atividades promovidas pela FAPESB e/ou instituições parceiras (notadamente SEADES, SIHS, SDR e da SECTI), tais como: levantamento de informações; devolutiva de questionários, relatórios de acompanhamento, participar em seminário de acompanhamento e divulgação de ações relacionadas ao programa ou a novos editais.

15.3. Os relatórios técnicos parciais devem ser encaminhados à FAPESB:

- a) Com 50% do período da vigência do projeto;
- b) Após aditamento igual ou superior a 12 (doze) meses, cuja data prevista de entrega do relatório final antes do aditamento passará a ser a data prevista para a entrega de novo relatório técnico parcial;
- c) Quando houver necessidade de recebimento de parcela, desde que não coincida com a periodicidade das alíneas anteriores.

15.4. Os relatórios financeiros parciais devem ser encaminhados à FAPESB:

- a) Com 50% do período da vigência do projeto, ou;
- b) Quando da execução de 80% das despesas realizadas da parcela recebida tenha acontecido antes ou depois de 50% do período da vigência do projeto.

15.5. A prestação de contas final (relatório técnico e financeiro) deverá ser entregue após 30 (trinta) dias da vigência final do projeto.

15.6. Alterações de Equipe e alterações do Plano de Trabalho devem ser solicitadas à FAPESB e implementadas somente após parecer aprobatório da mesma.

15.7. Os Proponentes devem, obrigatoriamente, durante os 05 (cinco) anos após a aprovação da Prestação de Contas Final do Termo de Outorga, prestar informações relativas aos apoios recebidos.

15.8. O Proponente deverá solicitar os recursos necessários para participação em, ao menos, dois eventos de apresentação de resultados. As despesas permitidas são: alimentação, hospedagem, passagem e deslocamento, conforme Item 4.7.

16. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA

16.1. Quando os resultados alcançados pelo projeto ensejarem proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual e caso faça parte da estratégia de mercado da Instituição Executora obter tal proteção, deverão ser levados a registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI ou em outro órgão competente para a proteção da propriedade intelectual no Brasil.

16.2. A FAPESB deverá ser notificada quando os resultados ensejarem registro no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI ou em outro órgão competente para a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual ou possibilidade de exploração econômica, aplicando-se a Política de Propriedade Intelectual da FAPESB (<http://www.fapesb.ba.gov.br/politica-de-propriedade-intelectual/>) em relação à Propriedade Intelectual.

17. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, o Proponente que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas. Ademais, não terá efeito de recurso, a impugnação feita por aquele que, tendo aceitado sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

17.2. A impugnação deverá ser dirigida à Diretoria Geral da FAPESB, formalmente, através do e-mail do edital.

18. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Diretoria Geral da FAPESB, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isto implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

19. BASE LEGAL

O presente edital regula-se pelos preceitos do direito público e, em especial, pelas normas e procedimentos da FAPESB e de acordo com a Lei nº 10.973/2004 (Lei da Inovação), regulamentada pelo Decreto nº 9.283/2018; Lei Estadual de Inovação nº 14.315/2021; Lei Federal nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais; Decreto Federal nº 7.794/2012, que Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; no que couber Lei Estadual nº 14.634/2023 e Decreto Estadual nº 9.266/2004; Decretos Estaduais 22.327/2023 e 22.378.2023; Resolução nº 144/2013 do Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE/BA e demais dispositivos legais e regulamentares vigentes e em consonância com as orientações registradas no Manual do Pesquisador Outorgado da FAPESB (<http://www.fapesb.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2013/01/ManualPesquisadorOutorgado.pdf>).

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. É de responsabilidade do Proponente a obtenção de todas as autorizações e licenças necessárias para a execução do projeto.

20.2. O Proponente responsabilizar-se-á por todas as informações contidas no projeto apresentado, assumindo solidariamente a responsabilidade pela sua autoria, sob pena de sanções posteriores especificadas no Termo de Outorga, permitindo que a FAPESB, em qualquer momento, possa confirmar a veracidade das informações prestadas.

20.3. Este Edital é o documento oficial da FAPESB, para todos os fins e efeitos de direito. Caso sejam verificadas divergências entre as informações constantes em regulamentos específicos ou nos materiais de divulgação, prevalecerá o estipulado no Edital.

20.4. Os casos omissos e que não estão previstos serão dirimidos pela Diretoria Geral da FAPESB.

20.5. São partes constituintes deste edital, sendo considerados em seus inteiros

teores para os fins da seleção pública, os seus Anexos:

Anexo 1 – GLOSSÁRIO

Anexo 2 – MODELOS DE DECLARAÇÕES

Anexo 3 - MODELO DE TERMO DE PARCERIA

Anexo 4 – MINUTA DO TERMO DE OUTORGA

Anexo 5 – ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE BOLSAS

Anexo 6 – DECLARAÇÃO DE PARENTALIDADE

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Dúvidas a respeito do conteúdo do presente Edital deverão ser dirigidas exclusivamente para o e- mail ciencianamesa3@fapesb.ba.gov.br. A FAPESB, a seu critério, poderá divulgar a pergunta e a resposta.

Salvador, BA, 22 de março de 2024.

HANDERSON JORGE DOURADO LEITE

DIRETOR GERAL DA FAPESB

ANEXO 1 - GLOSSÁRIO

Contrapartida: corresponde a recursos financeiros ou não-financeiros (infraestrutura, bens, serviços, recursos humanos etc., desde que economicamente mensuráveis), aportados ao projeto exclusivamente pela instituição Proponente, parceira(s) e beneficiária.

Despesas Correntes (de custeio): contratação de pessoas físicas ou jurídicas para o desenvolvimento parcial do projeto, material de consumo, alimentação, transporte e deslocamento, hospedagem, passagens (itens de consumo imediato ou de pouca durabilidade).

Despesa de Capital: despesas realizadas com obras e instalações ou equipamento e material permanente, vinculadas ao projeto constante da relação de itens do projeto. São os itens de orçamento que possuem tombamento no registro do patrimônio.

Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, conforme disposto na Lei 10.973, de 02/12/2004 e no Decreto 5.563, de 11/10/2005.

Inovação tecnológica: Compreende a introdução no mercado de produtos (bens ou serviços) ou processos tecnologicamente novos (inovações radicais) e melhorias

significativas que tenham sido implementadas em produtos e processos existentes (inovações incrementais). Considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo). Para fins deste Edital, é considerada, também, como sendo inovação tecnológica, a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente social, por meio de produtos (bens e serviços) ou processos.

Inovação incremental: é aquela que produz melhoria na tecnologia existente, sem alterar suas características fundamentais em âmbito regional, nacional e/ou internacional.

Inovação radical: representa uma mudança histórica na maneira de fazer as coisas. Geralmente está baseada em novo conhecimento científico ou de engenharia, abre novos mercados, indústrias ou campos de atividade no que diz respeito à produção de bens e serviços, com impactos na economia, sociedade e na cultura. A partir dessas inovações, surgem bens, serviços, processos de produção, de distribuição ou gerenciais totalmente novos e qualitativamente distintos de outros anteriores.

Inovação disruptiva: a inovação disruptiva descreve a inovação tecnológica, produto, ou serviço, com características "disruptivas", que provocam uma ruptura com os padrões existentes.

Proponente/Coordenador(a) do Projeto de Inovação: pessoa física, vinculada à instituição pública ou particular sem fins lucrativos e que será o responsável direto pela gestão técnica e financeira, dos recursos, da proposta de inovação, pela elaboração de relatórios técnicos parciais e finais e prestação de contas parcial e final e pelas atividades dos bolsistas do projeto.

Termo de Outorga: instrumento jurídico utilizado para firmar direitos, deveres e responsabilidade entre dois entes. É o instrumento legal empregado para firmar (contratar) o fomento à pesquisa entre a FAPESB, o(a) pesquisador(a) contratado(a) e a instituição de vínculo deste(a).

Parentalidade: é uma relação de cuidado, em que os adultos atendem às necessidades da criança de forma responsiva e afetiva, logo, o conjunto de atividades desempenhadas pelos adultos de referência da criança no seu papel de assegurar a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento pleno.

ANEXO 2 - MODELOS DE DECLARAÇÕES

1. DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO EXECUTORA

[inserir Nome da Instituição]

Declaramos que possuímos ciência sobre o escopo do projeto [inserir título do projeto] e nossa participação neste, apresentado ao Edital nº 011/2024 a ser executado pelo(a) Proponente [inserir nome do proponente], para o qual seremos a **Instituição Executora** e, garantiremos as contrapartidas oferecidas à execução descritas no Projeto.

Em, [Cidade] - Bahia, _____ de _____ de 2024.

Nome do Representante Legal

Nº do CPF:

2. DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA EXECUTORA

DEVERÁ SER ENVIADA UMA DECLARAÇÃO POR COMPONENTE

À FAPESB,

Pela presente, eu, [inserir o nome completo], portador de CPF nº [inserir o número do CPF] e RG (ou similar) nº [inserir o número do documento de identificação], **declaro que tenho vínculo [informar o tipo de vínculo] com a instituição [inserir o nome da instituição] e que sou membro da equipe técnica executora do projeto [inserir o título do projeto]** com pedido nº xxxx/202x, apresentado a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, em resposta ao Edital nº 011/2024.

Declaro ainda que estou de acordo com a proposta ora apresentada e que me comprometo também com o Sigilo e Confidencialidade das informações contidas e resultantes do projeto, assumindo a responsabilidade por esta declaração, sob as penas previstas na Lei.

Em, [Cidade] - Bahia, _____ de _____ de 2024.

Nome do componente

CPF do componente

3. DECLARAÇÃO DE NÃO NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO, SE HOUVER

A/O Outorgado [inserir nome do(a) Proponente], residente no endereço [inserir endereço completo], inscrita/o no CPF [inserir nº do CPF], declara para fins de contratação do projeto intitulado [inserir título do projeto], pedido nºxxxx/202x, submetido ao Edital 011/2024, junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, que não necessita de autorizações especiais, tais como, autorização de Comitê de Ética para Pesquisas em Seres Humanos ou Animais ou Outras Autorização(ões) Especial(ais) para execução do projeto acima identificado, assumindo a responsabilidade por esta declaração, sob as penas previstas na Lei.

Em, [Cidade] - Bahia, _____ de _____ de 2024.

Nome do Coordenador

4. AUTODECLARAÇÃO DE MEMBRO DA EQUIPE EXECUTORA - ESTUDANTE COTISTA

Eu, [inserir nome do estudante], inscrito(a) no CPF n.º [inserir o nº do CPF], RG n.º [inserir numer do documento de identificação], DECLARO, para os devidos fins de comprovação relativa à concorrência ao Edital Nº 011/2024, que, na condição de estudante cotista e membro da equipe executora do Projeto de Pesquisa [inserir Título do Projeto], sob as penas da lei, em conformidade com a classificação do IBGE:

- sou preta(o), ou sou parda(o);
- sou indígena;
- e/ou sou oriundo(a) de Povos e Comunidades Tradicionais – PCTs.

Declaro estar ciente de que as informações que estou prestando, são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979. Declaro estar ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão implicar na minha exclusão da proposta e demais sanções.

Em, [Cidade] - Bahia, _____ de _____ de 2024.

Nome do componente
CPF do componente

5. DECLARAÇÃO DE VÍNCULO DO(A) PROPONENTE

[inserir Nome da Instituição]

Declaramos que o(a) Sr(a), [inserir nome do proponente] possui vínculo [informar o tipo de vínculo] com a(o) [inserir o nome da Instituição Executora], e que dedicará **xx** horas ao projeto [inserir título do projeto], submetido ao Edital 011/2024.

Em, [Cidade] - Bahia, _____ de _____ de 2024.

Diretor(a) do Departamento ou Representante do RH

Nº do CPF:

ANEXO 3

TERMO DE PARCERIA TÉCNICA – TPT PARA INSTITUIÇÃO BENEFICIÁRIA E PARCEIRA

Pelo presente, o(a) **[inserir nome da Instituição Parceira/Beneficiária]**, **[inserir número do CNPJ]**, com sede na **[inserir endereço completo]**, neste ato representado(a) pelo **[inserir nome e qualificação do representante]**, estabelece uma relação de parceria com o **[inserir nome da Instituição Executora]**, na condição de **[Parceira/Beneficiária]**, e considerando as iniciativas no âmbito do Edital FAPESB/SECTI/SDR nº 015/2023, declaramos ciência, asseguramos participação e garantimos as **contrapartidas oferecidas/condições necessárias** à execução do Projeto, além de estabelecer as seguintes atividades como elemento fundante da parceria:

✓
✓

Texto complementar para comprovação de atividades/projetos entre Proponente e Instituição beneficiária:

Declaramos ainda, que o Proponente possui convivência conosco há **[inserir o número de anos]** anos, desenvolvendo atividades relacionadas a:

[relacionar as atividades/projetos]

Como representante(s) da **[inserir nome da Instituição Parceira/Beneficiária]**, para o desenvolvimento das atividades que se fizerem necessárias ao cumprimento do Projeto, nomeamos:

[inserir Nome completo e CPF];

[inserir Nome completo e CPF];

Além disso, autorizo a utilização do nome e logomarca da [nome da instituição parceira] nos materiais de divulgação no Edital FAPESB/SECTI/SDR nº 015/2023 e seus resultados.

O presente Termo terá vigência enquanto viger o Projeto, sendo firmado em (02) duas vias de igual teore forma, para que produza os devidos efeitos de fato e de direito.

Em, **[Cidade]** - Bahia, _____ de _____ de 2024.

Representante Legal da Instituição
CPF
Nome da Instituição Executora

Representante Legal/Institucional da Instituição
CPF
Nome da Instituição Parceira

**ANEXO 4
MINUTA DE TERMO DE OUTORGA
IDENTIFICAÇÃO**

PEDIDO Nº XXXX/20xx

REFERÊNCIA: Edital Nº 00x/20xx

MODALIDADE:

TÍTULO DO PROJETO: XXX XXXX XXXX XXX XXXX XXXX XXX XXXX XXXX XXX XXXX
XXXX XXX XXXX XXXX

PARTÍCIPES

1. OUTORGANTE (FAPESB): **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BANIA**, doravante denominada **FAPESB**, entidade de direito público vinculada à SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO — SECTI, CNPJ/MF nº04.902.299/0001-20, com sede na Rua Aristides Novis, nº 203, Colina de São Lázaro, Federação, Salvador, Bahia, CEP 40 210 720, neste ato representada por seu Diretor Geral **Dr. XXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF nº. XXXXXXXXXXXX, RG nº. XXXXXXXXXXXX.

2. OUTORGADO: **XXXX XXXX XXXX**, CPF: **XXXX XXXX**, RG: **XXXX**, residente na Rua **XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX**, BA, Brasil, CEP **XXXX- XXXX**, telefone **XXXX**, celular **XXXX**, e-mail **XXXX@XXXX** .

3. INSTITUIÇÃO ONDE SERÁ EXECUTADO O PROJETO: **XXXX XXXX XXXX**, incluir o endereço da instituição

4. REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO: **XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX**

Resolvem as partes celebrar o presente **TERMO DE OUTORGA**, o que fazem mediante as condições constantes das cláusulas que a seguir pactuam e mutuamente se outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

Este Termo de Outorga tem por objeto o apoio Financeiro à execução do Projeto intitulado **XXXX XXXX XXXX**, aprovado pela OUTORGANTE através do **Edital Nº 002/2022**.

I - **O OUTORGADO** executará o objeto do presente Termo, com a anuência da instituição dedesenvolvimento do projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA — DO VALOR E DO REPASSE DOS RECURSOS

I - O valor dos recursos referentes à execução do projeto, objeto deste instrumento, será de R\$XXX.XXXX, XX (XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX), conforme Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso apresentado pelo OUTORGADO e aprovado pelaOUTORGANTE, que são partes integrantes deste instrumento, como se transcritos estivessem.

II – O valor dos recursos para a concessão de Bolsas será de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx), conforme Plano de Aplicação, Cronograma de Desembolso e Plano de Bolsas apresentado pelo OUTORGADO e aprovado pela OUTORGANTE, que são parte integrante deste Instrumento, comose transcritos estivessem.

a) O repasse dos recursos para concessão de Bolsas será realizado mensalmente pela FAPESB diretamente aos bolsistas selecionados, e de acordo com os respectivos Termos de Outorga de Bolsa.

III - O repasse dos recursos para execução do projeto será efetuado em parcelas, de acordo com o Cronograma de Desembolso aprovado pela OUTORGANTE.

a) Os recursos recebidos pela Outorgante devem ser mantidos e movimentados em conta corrente específica, aberta em instituição financeira oficial, preferencialmente credenciada pelo Governo do Estado da Bahia (Banco do Brasil), para o fim exclusivo da gestão dos recursos do projeto, objeto deste instrumento.

b) Os recursos recebidos, enquanto não empregados em sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

i. em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

ii. em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

c) As receitas auferidas na forma da alínea anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do projeto e aplicadas, exclusivamente, no objeto deste Termo, desde que previamente autorizado pela FAPESB, devendo a aplicação, se e quando autorizada, constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

d) O recebimento dos recursos relativos a cada parcela ficará condicionado à apresentação e aprovação da prestação de contas da parcela anteriormente recebida, de acordo com os prazos e normas em vigor.

e) Ao OUTORGADO será permitida apenas 01 (uma) única solicitação de Remanejamento de Recursos e 01 (uma) única solicitação de Utilização do Saldo Oriundo da Aplicação Financeira a cada 06 (seis) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA— DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas previstas neste Termo de Outorga correrão à conta da **OUTORGANTE**, pela(s) dotação(ões) orçamentária(as), para o presente exercício ou por outra(s) que a(s) suceder(em):

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO	ANO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
28.201	19.571.405.3269	2024 e subsequentes	100	Corrente R\$ XXXXXX Capital R\$ xxxxx

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

São obrigações dos **PARTÍCIPES**:

I - DA OUTORGANTE (FAPESB):

- a) Fiscalizar a execução técnica e financeira do projeto, objeto deste Termo.
- b) Transmitir ao **OUTORGADO** as determinações que julgar necessárias à execução do objeto.
- c) Repassar ao **OUTORGADO** os recursos previstos na CLÁUSULA SEGUNDA do presente instrumento.
- d) Acompanhar o andamento do projeto através de visitas técnicas e/ou de realização de seminários, sempre que, a seu critério, entender necessário.
- e) Solicitar do **OUTORGADO sempre que entender necessário**, Prestação de Contas e os Relatórios Técnicos adicionais, independente e além dos ordinários já previstos no instrumento.
- f) Comunicar ao **OUTORGADO** quaisquer irregularidades encontradas na execução do projeto, que sejam passíveis de correção, concedendo prazo para a devida regularização;
- g) Havendo irregularidades que a OUTORGANTE entenda impossíveis de saneamento, ela poderá rescindir o presente Termo quando comprovada qualquer irregularidade ou descumprimento das cláusulas do mesmo, do Manual do Pesquisador e ainda nos casos previstos no inciso II, do artigo 4º, da Resolução 144/2013 do TCE.

II- DO OUTORGADO:

- a) Manter atualizado o Cadastro perante a FAPESB, bem como junto ao SEI BAHIA, registrando as mudanças de residência, telefones, e-mail, agência/conta bancária e demais informações necessárias à comunicação eficiente entre o OUTORGADO e a OUTORGANTE, ficando ciente que qualquer correspondência, comunicação ou notificação encaminhada para o endereço cadastrado na OUTORGANTE será tida como válida para todos os efeitos legais.

- b) Apresentar Prestação de Contas Parcial, composta de Relatório Técnico e Relatório Financeiro, no momento indicado no cronograma de desembolso, atendendo ao quanto estabelecido no Manual do Pesquisador Outorgado, na Lei Estadual n°. 9433/05 e no Decreto Estadual no. 9266/04, Resolução TCE 144/2013 quando couber, utilizando o formulário disponível no Portal da FAPESB, independente de notificação ou solicitação, sob pena de tornar-se inadimplente e arcar com as penalidades previstas neste instrumento.
- c) Apresentar, sempre que solicitado, Relatórios Parciais ou Final adicionais e ou informações complementares relacionadas à execução do projeto.
- d) Apresentar Prestação de Contas Final, composta pelos Relatórios Técnico e Financeiro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do término da vigência deste Termo, independente de notificação ou comunicação, utilizando os formulários disponíveis no Portal da FAPESB e demais orientações descritas no Manual do Pesquisador Outorgado, sob pena de ficar caracterizada de pleno direito a sua inadimplência e a necessária devolução de todos os recursos recebidos.
- e) Fazer referência ao apoio da FAPESB em quaisquer materiais de divulgação do projeto, total ou parcialmente.
- f) Fazer 03 (três) cotações antes da realização de qualquer despesa.
- g) Obedecer às regras contidas no Manual do Pesquisador Outorgado, disponível no Portal da FAPESB, que fazem parte integrante deste instrumento, como se aqui estivessem transcritas.
- h) Executar, na íntegra, o Projeto apresentado ao OUTORGANTE.
- i) Informar à FAPESB, através de ofício, sobre acontecimento de fato excepcional de qualquer natureza, que venha a alterar ou comprometer a normal execução do Projeto, imediatamente após a sua ocorrência.
- j) Restituir à Fundação os saldos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto do Projeto pactuado, na data do término da vigência, denúncia ou rescisão deste Termo, através do Documento de Arrecadação Estadual — DAE — NT, conforme orientação nos Portais: <http://www.fapesb.ba.gov.br> ou www.sefaz.ba.gov.br.

III - DA INSTITUIÇÃO EXECUTORA:

- a) Acompanhar, fiscalizar e avaliar o desenvolvimento das atividades necessárias à execução do projeto, objeto deste instrumento.
- b) Prestar orientação ao OUTORGADO, sempre que for solicitado ou se fizer necessário.
- c) Assegurar a contrapartida descrita no projeto apresentado pelo OUTORGADO.

- d) Obedecer às regras contidas no Manual do Pesquisador Outorgado desta Fundação, disponível no Portal da FAPESB.
- e) Notificar à FAPESB sobre falecimento do OUTORGADO, se o falecimento ocorrer no intervalo compreendido entre a vigência inicial do presente Termo e a aprovação conclusiva da Prestação de Contas Final (Relatório Técnico e Relatório Financeiro) do mesmo, sob pena de responder pela devolução dos recursos que forem repassados da data do óbito até a devida comunicação, caso sejam utilizados ou desviados por terceiros.
- f) Notificar à FAPESB sobre afastamento do Outorgado, por qualquer que seja o motivo, no decorrer do intervalo compreendido entre a vigência inicial do presente Termo e a aprovação conclusiva da Prestação de Contas Final (Relatório Técnico e Relatório Financeiro) do mesmo, sob pena de responder pela devolução dos recursos que forem repassados da data do afastamento até a devida comunicação, caso sejam utilizados ou desviados indevidamente pelo outorgado ou por terceiros.
- g) Prestar informações à FAPESB, sempre que solicitado.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA

Os direitos de Propriedade Intelectual - PI serão objeto de contrato específico, a ser firmado, preferencialmente, antes da vigência final deste Termo de Outorga, instrumento que atenderá aos termos da política de propriedade intelectual da FAPESB que as partes declaram ter pleno conhecimento, especialmente no que tange a co-titularidade da FAPESB, com até 1/3 de participação, podendo a Fundação abrir mão de tal direito caso o produto ou processo seja feito na Bahia e ofereça comprovadamente ganhos para o Estado, devendo constar ainda no instrumento que:

- a) Na hipótese de transferência do direito de exploração a terceiros, a participação das partes no resultado será definida em contrato a ser celebrado entre as instituições proprietárias desses direitos, respeitada sempre, em qualquer caso, a política da FAPESB;
- b) De acordo com a análise Técnica da situação individual do projeto a Fapesb poderá financiar a proteção legal da PI.

CLÁUSULA SÉXTA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O OUTORGADO se sujeita no que couber, as condições contidas na Lei Nacional de Inovação nº 10.973/2004 com as suas alterações, na Lei Estadual nº 14.315/2021, Lei Estadual nº 9.433/2005, nos Decretos Estaduais nº 9.266/2004, nº 9.683/2005 e

Decreto nº 22.327/23, Resolução TCE nº 144/2013, e, no Manual do Pesquisador Outorgado, que faz parte integrante deste instrumento, como se aqui estivesse transcrito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO E DENÚNCIA

Salvo em relação ao seu objeto, finalidade e coordenação, o presente Termo de Outorga poderá ser modificado através de instrumento juridicamente adequado à natureza da alteração e poderá ser denunciado, mediante notificação prévia, com antecedência de até 30 (trinta) dias, por conveniência de qualquer dos partícipes, sempre que não haja prejuízo ao erário público.

I - São casos de rescisão do presente instrumento:

a) Em razão de descumprimento pelo OUTORGADO de qualquer de suas cláusulas, do Manual do Pesquisador, e ainda nos casos previstos no inciso II, do artigo 4º, da Resolução 144/2013 do TCE e a desistência do OUTORGADO.

b) Caso a mora na entrega de quaisquer documentos ou especialmente dos Relatórios previstos neste instrumento seja superior a 60 (sessenta) dias do final da vigência do projeto.

c) Em razão da impossibilidade de o OUTORGADO continuar desenvolvendo o projeto, a contada data do impedimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso a rescisão ocorra em razão do quanto disposto nas letras “a” e “b” do item I, ele obrigatoriamente deverá devolver TODOS os recursos recebidos, em valores atualizados, sem prejuízo da aplicação das penalidades e da apuração e indenização das perdas e danos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso a rescisão ocorra em razão do quanto disposto na letra “c” do item I, comprovada a inexistência de culpa do OUTORGADO, a OUTORGANTE irá apurar as devoluções que forem cabíveis, através dos relatórios de Prestação de Contas técnica e financeira, vedada a substituição do OUTORGADO.

II - Em caso de rescisão os recursos financeiros não utilizados, ou utilizados indevidamente, deverão ser devolvidos à OUTORGANTE na data de sua conclusão ou extinção deste termo.

CLÁUSULA OITAVA – DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

A aquisição dos equipamentos e materiais permanentes será de responsabilidade do OUTORGADO e da INSTITUIÇÃO EXECUTORA, devendo ser observadas as normas descritas na CLÁUSULA SEGUNDA, buscando a proposta mais vantajosa, através de no mínimo 03 (três) cotações.

- a) Deverá ser realizada cotação de preços, com no mínimo 3 (três) orçamentos válidos, exceto nos casos de fornecimento exclusivo.
- b) No caso de a proposta mais vantajosa não ser a de menor valor, caberá ao OUTORGADO justificar a escolha do fornecedor.
- c) Os equipamentos e materiais permanentes gerados ou adquiridos no âmbito deste projeto serão incorporados, desde sua aquisição, ao patrimônio da INSTITUIÇÃO EXECUTORA.
- d) Os equipamentos e materiais permanentes gerados ou adquiridos no âmbito deste projeto deverão ter identificação visual evidenciando a OUTORGANTE como financiadora deles.

CLÁUSULA NONA — DA VIGÊNCIA

O presente Termo terá vigência de **xxx (xxxxxxxx) meses**, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo de Prazo, se assim interessar aos seus partícipes.

I - Os pedidos de dilação de prazo para conclusão do projeto devem ser feitos através de Formulário Específico disponível no Portal da FAPESB, acompanhado de novo cronograma físico de execução e dos documentos necessários a comprovar as razões que levaram a solicitação de dilação de prazo, com antecedência de **60 (sessenta) dias** do prazo final da vigência do Termo de Outorga, sob pena de não conhecimento.

II - Em caso de impossibilidade de o OUTORGADO continuar desenvolvendo o projeto, por qualquer que seja o motivo, o presente Termo de Outorga será rescindido de pleno direito a contar da data da comunicação da impossibilidade de prosseguimento, vedada a substituição do OUTORGADO.

III – A OUTORGANTE poderá prorrogar “de ofício” a vigência do instrumento legal, sempre que por razões Administrativas der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, sem prejuízo de, a requerimento do Pesquisador, se conceder prazo maior, caso tal medida se justifique e a necessidade seja reconhecida mediante Parecer Técnico desta Fundação.

CLÁUSULA DÉCIMA — DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Independente de comunicação, notificação ou interpelação o Outorgado deverá prestar contas ao Outorgante, da boa e regular aplicação dos recursos a ele repassados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do término da vigência, denúncia ou rescisão deste Instrumento, o que ocorrer primeiro, sob pena de devolução integral dos recursos recebidos.

I - É OBRIGAÇÃO do outorgado encaminhar documentos originais e, quando

necessário, originais e cópias de documentos constantes da prestação de contas.

II - Se, ao término do prazo previsto neste Termo de Outorga, o Outorgado não apresentar a prestação de contas, nem devolver os recursos, o Outorgante registrará a inadimplência por omissão no dever de prestar contas e instaurará Tomada de Contas Especial, sem prejuízo da adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário.

III - Da mesma sorte, ainda que entregues os relatórios, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os oriundos de aplicação financeira, não utilizados no objeto pactuado, deverão ser devolvidos via Documento de Arrecadação Estadual – DAE NT, no prazo improrrogável de 30 dias, após o término da vigência, denúncia ou rescisão deste Termo de Outorga, independente de comunicação, notificação ou interpelação, sob pena de imediata instauração de Tomadas de Contas Especial.

IV - Caberá ao **OUTORGADO** apresentar à FAPESB a Prestação de Contas, que compreende Relatório Financeiro e Relatório Técnico, contendo:

- a) Para o Relatório Financeiro:
 - i. Ofício de encaminhamento do Relatório Financeiro;
 - ii. Formulários Específicos de Prestação de Contas Financeira, assinado pelo OUTORGADO, conforme modelos disponíveis no Portal da FAPESB;
 - iii. Cópia do Termo de Outorga e de eventuais Termos Aditivos;
 - iv. Documentos comprobatórios de todas as despesas efetuadas, com nota fiscal e, no mínimo 03 (três) cotações, inclusive da empresa vencedora;
 - v. Extratos bancários da conta específica deste Termo de Outorga, inclusive dos rendimentos de aplicação financeira, e conciliação bancária, quando necessário;
 - vi. DAE-NT referente à devolução do saldo remanescente, se houver;
 - vii. Relação de Bens assinada pelo Outorgado, quando pertinente.
- b) Para o Relatório Técnico:
 - i. Ofício de encaminhamento do Relatório Técnico;
 - ii. Formulário de Específico de Prestação de Contas Técnica descrevendo as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, assinado pelo OUTORGADO, conforme modelo disponível no Portal da FAPESB;
 - iii. Anexos e comprovações que evidenciem o que foi relatado no Formulário;
 - iv. Texto para Publicação dos Resultados, conforme modelo disponível no Portal da FAPESB.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ADVERTÊNCIAS E PENALIDADES

O OUTORGADO fica ciente de que:

- a) A não entrega da prestação de contas final implica em rescisão contratual;
- b) O não atendimento das notificações da OUTORGANTE, a não entrega dos demais relatórios e/ou a infração de outras cláusulas contratuais constituem o OUTORGADO em mora, e podem implicar em rescisão do Termo de Outorga, desde que, em razão disso o objeto se torne inservível para a OUTORGANTE
- c) O OUTORGADO fica ciente de que recebida notificação para regularização e não atendida a mesma não será renovada;
- d) Em qualquer situação que leve a rescisão contratual, por culpabilidade do OUTORGADO, o mesmo fica ciente de que será necessária a devolução de TODOS os recursos recebidos, em valores atualizados, sem prejuízo das perdas e danos e demais penalidades contratuais, vide item I, letras “a” e “b” da Cláusula Sétima.
- e) A não atualização do endereço perante a Fundação implica na validade de qualquer comunicação encaminhada para o endereço existente, o que pode implicar em rescisão contratual pelo não cumprimento dos prazos e determinações da comunicação encaminhada;
- f) O prazo para entrega de relatórios parcial e final é o previsto no instrumento e no Manual do Pesquisador, pelo que não haverá envio de comunicação pela OUTORGANTE para que o OUTORGADO cumpra tais obrigações;
- g) Não serão aceitos documentos, pedidos de aditamento, Relatórios e outros fora dos prazos previstos, e sem que sejam utilizados os instrumentos e formulários indicados neste Termo de Outorga, a entrega em desacordo ou fora do prazo será tida como inexistente ainda que o protocolo da OUTORGANTE tenha recebido o documento;
- h) Os prazos para entrega dos documentos somente poderão ser prorrogados se houver pedido prévio, justificando a necessidade e devidamente aprovado pelos setores técnicos da OUTORGANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Termo, será competente o foro da cidade de Salvador -BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo de Outorga, na presença das testemunhas abaixo.

Cidade – Bahia, de de 20X4.

Pela FAPESB:

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Diretor Geral da FAPESB

Pela INSTITUIÇÃO PROPONENTE/EXECUTORA:

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Outorgado

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Representante Legal

TESTEMUNHAS

1. _____
Nome:
Nº CPF:
2. _____
Nome:
Nº CPF:

ANEXO 5
ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE BOLSAS

1. Os recursos solicitados para bolsas nas propostas apresentadas no âmbito deste Edital deverão estar limitados ao valor máximo de 20% do orçamento disponível para a proposta.
2. No momento da submissão da proposta será necessário detalhar no FAP as modalidades de bolsas solicitadas, a quantidade de meses, bem como a descrição das atividades a serem desenvolvidas pelos bolsistas no projeto, não havendo necessidade de indicação do nome dos candidatos, nesse momento.
3. As bolsas solicitadas deverão ser adequadas às necessidades do projeto, cujo processo de seleção dos bolsistas deverá ser conduzido pelo Coordenador, o qual deverá atender todos os requisitos de cada modalidade, estabelecidos neste Edital e na Resolução 02/2022.
4. As atividades dos bolsistas poderão ser desenvolvidas na Instituição Executora e/ou nas Instituição(ões) Parceira(s), contudo deverão ser supervisionadas e acompanhadas pelo Coordenador do projeto.
5. As instituições referidas no item 4 deverão disponibilizar recursos e condições que garantam o desenvolvimento do projeto de pesquisa, em cujas atividades os bolsistas estarão envolvidos.
6. Os bolsistas não poderão desempenhar funções administrativas, sob nenhuma alegação.
7. Após pagamento da primeira parcela do projeto e depois de concluída a seleção, o Coordenador do projeto deverá encaminhar à FAPESB a relação dos bolsistas escolhidos, acompanhada da documentação necessária para implementação das bolsas, bem como a descrição dos critérios utilizados no processo seletivo.
8. A FAPESB será a responsável pela aprovação final dos candidatos às bolsas, em conformidade com os critérios especificados neste Edital e na Resolução 02/2022.
9. Todas as bolsas aprovadas deverão ser implementadas em até 60 (sessenta) dias após o recebimento da primeira parcela dos recursos do projeto.
10. As bolsas que forem implementadas depois desse período terão sua vigência reduzida (o número de meses da bolsa diminuirá conforme o número de meses de atraso na sua implementação).
11. Os valores das bolsas serão repassados mensalmente aos bolsistas pela FAPESB, via depósito bancário, após a conclusão dos procedimentos de contratação dos mesmos.
12. O bolsista só poderá iniciar suas atividades no projeto, após assinatura e publicação do Termo de Outorga da Bolsa no Diário Oficial do Estado da Bahia.
13. A não implementação das bolsas no prazo previsto no cronograma do projeto poderá resultar em folga orçamentária. Estes recursos não poderão ser revertidos para o projeto.
14. Serão permitidas até 02 (duas) substituições para cada modalidade de bolsa aprovada. As referidas substituições ficarão sempre condicionadas à avaliação e aprovação da

Fundação/Diretoria de Inovação.

15. Caberá à coordenação do projeto, solicitar formalmente à FAPESB a rescisão da bolsa, nos casos em que:

- a) o bolsista descumprir o plano de trabalho;
- b) mostrar desinteresse;
- c) estabelecer vínculo empregatício durante a vigência da bolsa, para aquelas em que exista essa exigência;
- d) ou qualquer outro fato impeditivo da continuidade nas atividades do projeto.

15.1. Esta comunicação deverá ser encaminhada à Fundação, imediatamente, após a identificação do fato gerador, de modo que a FAPESB possa realizar o cancelamento da bolsa e a suspensão do pagamento.

16. O Coordenador do projeto será responsável pela entrega dos relatórios técnicos dos bolsistas (parciais e final), devendo atentar para as datas de envio dos mesmos, uma vez que a aprovação dos relatórios parciais e final do projeto de pesquisa estará vinculada a entrega e aprovação dos relatórios dos bolsistas.

17. Os bolsistas serão obrigados a realizar prestação de contas parcial à FAPESB, através do encaminhamento de relatórios técnicos parciais, independente dos prazos de entrega dos relatórios técnicos do projeto ao qual estão vinculados. A elaboração destes relatórios deverá ser supervisionada pelo Coordenador do projeto.

18. A não apresentação do relatório técnico parcial no prazo determinado no Termo de Outorga implicará na suspensão imediata da bolsa, ficando bolsista em situação de inadimplência com a FAPESB e o Coordenador do projeto impedido de ter seu relatório técnico aprovado.

19. Os bolsistas ficarão obrigados a realizar prestação de contas final à FAPESB, através da entrega de relatório técnico final, no prazo de até 30 (trinta) dias após a data de encerramento da vigência da bolsa. A não apresentação do relatório no prazo determinado no Termo de Outorga deixará o bolsista e o Coordenador do projeto em situação de inadimplência junto a esta Fundação.

20. Toda documentação referente à solicitação de bolsas deverá ser entregue à FAPESB até o dia 10 do mês anterior a sua implementação, através do e-mail cap@fapesb.ba.gov.br

21. Casos omissos serão decididos pela Diretoria Geral da FAPESB.

ANEXO 6
DECLARAÇÃO DE PARENTALIDADE

Eu, [NOME DA PROPONENTE], inscrita no CPF sob n.º [Nº CPF], RG n.º [Nº RG], DECLARO para os devidos fins de concorrer ao Edital FAPESB No 015/2023, na condição de COORDENADORA/PROPONENTE do Projeto de Pesquisa [Título do Projeto], sob as penas da lei, declaro que estive de LICENÇA MATERNIDADE ou LICENÇA ADOTANTE nos últimos 12 (doze anos), por [INSERIR NÚMERO] vez(es). Declaro estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979. Declaro, por fim, estar ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos/divergentes relativos às exigências estabelecidas quanto à parentalidade no período considerado me tornarão sujeita, além da penalização pelos crimes previstos em lei, à desclassificação e exclusão da proposta por mim apresentada.

Em, Cidade/Bahia, ____ de _____ de 2024.

Assinatura Proponente